

QUARESMA: UM RELATO DE MASSACRE REPUBLICANO

*Ninguém compreende o que quero, ninguém deseja penetrar
e sentir; passo por doido, tolo, maníaco e a vida se vai fazendo
inexoravelmente com sua brutalidade e fealdade.*

(Lima Barreto – *O triste fim de Policarpo Quaresma*)

Edgar Salvadori de Decca

Hora de contar as vítimas da República. São as narrativas de massacres. Eldorado dos Carajás, Carandiru, Candelária, Contestado, Canudos, dentre tantas, a do major Quaresma. Banhos de sangue coletivos, vidas subtraídas, corpos que “recolhidos num posto do Instituto de Medicina legal de Marabá trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima roupa, membros mutilados e cabeças arreventadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e as mulheres que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícias sob a forma de cadáver” (Veja, 1996). São as cenas finais de inúmeras narrativas de massacre: “Sabia-se de uma coisa: os jagunços não poderiam resistir por muitas horas. Alguns soldados se haviam abeirado do último reduto e colhido de um lance a situação dos adversários. Era incrível: numa cava quadrangular, de um pouco mais de metro de fundo, ao lado da igreja nova, uns vinte lutadores, esfomeados e rotos, medonhos de ver-se, dispunham a um suicídio formidável. Chamou-se aquilo o ‘hospital de sangue’ dos jagunços. Era um tûmulo. De feito, lá estavam, em maior número, os mortos, alguns de muitos dias já, enfileirados ao longo das quatro bordas da escavação e formando o quadrado assombroso dentro do qual uma dúzia de furibundos, vidas concentradas na última contração dos dedos nos gatilhos das espingardas, com-

Edgar Salvadori de Decca é professor no Departamento de História da UNICAMP.

batiam contra um exército.” (Cunha, 1975, p. 391). Assim também, Policarpo Quaresma se assombra diante dos combates entre as forças do Marechal Floriano e os rebeldes da Armada: *“Que combate, minha filha! Que horror! Quando me lembro dele, passo as mãos pelos olhos como para afastar uma visão má. Fiquei com horror à guerra que ninguém pode avaliar... Uma confusão, um infernal zunir de balas, clarões sinistros, imprecações – e tudo isso no seio da treva profunda da noite... Houve momentos que se abandonaram as armas de fogo: batíamos-nos à baioneta, a coronhadas, a machado, a facão. Filha: um combate de trogloditas, uma coisa pré-histórica... Eu duvido, eu duvido, duvido da justiça disso tudo, duvido da sua razão de ser, duvido que seja certo e necessário tirar do fundo de nós todos a ferocidade adormecida, aquela ferocidade que se fez e se depositou em nós nos milenários combates com as feras, quando disputávamos a terra a elas... Eu não vi homens de hoje, vi homens de Cro-Magnon, do Neanderthal armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar... Este teu irmão que estás vendo, também fez das suas, também foi descobrir dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... Eu matei, minha irmã, eu matei! E não contente de matar, ainda descarreguei um tiro quando o inimigo arquejava a meus pés...”* (Barreto, s./d., p. 124).

Existem outras narrativas não menos cruéis. No entanto, a de Policarpo Quaresma acaba por transformá-lo em vítima do próprio massacre, que ele mesmo ajudou a perpetrar. Diante das atrocidades vivenciadas, o major escreve ao presidente da República, indignado com a arbitrariedade e a violência da repressão e termina desaparecido nos porões da prisão republicana do Marechal Floriano. Daquele episódio sobrou apenas a narrativa de uma testemunha, a de Policarpo Quaresma, antes um algoz, no fim, uma vítima. Assim como as narrativas de Eldorado dos Carajás e de Canudos, a de Policarpo Quaresma também narra um massacre de personagens anônimos. Como carcereiro do regime político do Marechal Floriano, Quaresma indigna-se com a condição dos “presos políticos” e é grande a sua desilusão. Isto acontecera com Quaresma. Justamente, com ele, que sempre acreditara nos grandes valores nacionais. É a desgraça de homens anônimos que mais atinge a sensibilidade de Policarpo: *“Os prisioneiros se amontoavam nas antigas salas de aula e alojamentos de aspirantes. Havia simples marinheiros, havia inferiores, havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteira-*

mente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes, às vezes, boa e dócil como um cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê dos vencedores.” (p. 128).

Comparando essas três narrativas, algum historiador poderia fazer uma afirmação apressada, adiantando que duas delas se referem a acontecimentos reais e a de Policarpo Quaresma pertence ao campo ficcional. Afinal, não existem registros documentais que comprovem ter havido um major Quaresma, que teria lutado ao lado das forças do Marechal Floriano durante a revolta da Armada e que teria sido abandonado nas prisões, por ter-se pronunciado contra o massacre de inocentes pelas forças militares da República. Um outro historiador poderia ser menos categórico. Investigaria a revolta da Armada e procuraria pistas para confirmar o relato deste tal Quaresma. Procuraria descobrir se os eventos relatados foram reais e apenas os personagens da narrativa fictícios. Em ambos os casos, entretanto, haveria da parte dos historiadores a tentativa de relacionar as narrativas com o seus referentes, isto é, com os eventos reais, aos quais elas estariam se referindo. Isto porque, já no início havíamos advertido, estaríamos procurando as vítimas da República. Pela escolha do problema o historiador recorta, seleciona e inter-relaciona documentos. Nesse sentido, *O triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, é recortado justamente no momento em que a narrativa se condensa no relato dos momentos finais da revolta da Armada, quando são cometidas as atrocidades contra os revoltosos. O relato de Quaresma é dramático e se ainda não temos pistas para encontrar o seu referente acontecimental ele deixa transparecer a idéia de que, na literatura, o tema dos massacres republicanos é muito atraente.

Não é grande o período de tempo que separa a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, do *Policarpo Quaresma* de Lima Barreto. Alguns anos apenas, 1902 e 1911, separam narrativas de massacres republicanos. No ano de publicação do romance de Quaresma, 1914, é importante destacar, começa o assalto militar ao Contestado, que, no final do ano de 1916, deixou um saldo superior a três mil mortos. Para estes mortos anônimos, entretanto, não existe uma narrativa dramática e marcante na literatura. As atrocidades cometidas no Contestado se dispersam em páginas de jornais e em relatórios militares. Para o historiador, diante da imensa brutalidade da repressão ao Contestado, existe uma pista de que Qua-

resma tenha testemunhado alguma coisa, que ele jamais poderia imaginar a sua repercussão. A diferença entre o real e a ficção, em se tratando de massacres da República, torna-se muito problemática. Policarpo Quaresma dá as pistas para o historiador investigar narrativas muito singulares do início da República. Elas relatam acontecimentos que envolvem homens anônimos e acabam sempre de maneira trágica, revelando as faces brutais do poder e a condição a que estão expostos os homens comuns, quando se pretendem erigir em sujeitos históricos.

Recentemente, um jornal descobriu o mais velho sobrevivente dos horrores de Contestado. Com 98 anos de idade, *João Ventura* relembra o Contestado numa narrativa que não difere muito daquelas já apresentadas. Vejamos: “*Mas os soldados do governo foram mais violentos do que deviam. Trataram os caboclos com bomba e metralhadora. Uma coisa horrível. Eu lembro de ver o rio correndo curso abaixo como se fosse um rio de sangue. Perdi a conta dos cadáveres. Meninos, meninas, mulheres, todo mundo ensanguentado no chão. Vi também muito soldado morto. Teve capitão que teve a cabeça decepada por facão. Depois da briga, se formava aquela pilha de gente morta e se ateava fogo [...]*” (*Correio Popular*, 16/3/1997).

Pelo que foi apresentado até agora, pode-se perceber que o historiador define um problema e utiliza os documentos como pistas para o seu desvendamento. Definir que houve massacres republicanos já dirige o seu olhar e ele pode estabelecer correlações que vão de Canudos, passando pela revolta da Armada e pelo Contestado, até a Candelária, ao Carandiru e, por último, ao Eldorado de Carajás. Digamos que a leitura de Policarpo Quaresma permite estas correlações. Mas é possível ir muito além, dependendo do problema que se quiser abordar. Pensemos, por exemplo, o lugar dessas personagens, vítimas de massacres, no imaginário da identidade nacional. Desde meados do século 19, contando com o romance *Iracema*, de José de Alencar, com a obra magnífica de Euclides da Cunha, *Os sertões*, com toda busca do nacional-popular de Mario e Oswald de Andrade, com os mitos da comunidade nacional do Estado autoritário de Getúlio Vargas, com o ideário dos Centros de Cultura Popular dos anos 60, e incluindo nesta série o romance de Lima Barreto *O triste fim de Policarpo Quaresma*, percebemos a tentativa, às vezes otimista e muitas vezes trágica, de definir-se na literatura, o povo brasileiro. Podemos levar em consideração, inclusive, que a literatura e a história até a década de 1930 eram gêneros que se dialogavam com muita frequência. Adiantaríamos também que a literatura muitas vezes realizou, desde o final do século 19, o projeto, hoje em voga, da história social e

cultural no Brasil, procurando resgatar do silêncio da história os personagens anônimos. Quaresma não deixa de ser o ingresso inusitado das pequenas personagens na cena da história, que com seus dramas, ideais e sonhos aproxima a vida cotidiana do homem comum à dos heróis e dos grandes acontecimentos.

Acontece, entretanto, que a busca de uma identidade nacional em *Policarpo Quaresma* assume a dimensão de uma tragédia, a ponto do personagem vir a ocupar, também, um lugar na galeria dos loucos da República. O nosso herói é testemunha de um massacre e ao mesmo tempo, é considerado um louco. O que estaria nos apontando esta narrativa? Somente a loucura pode permitir o acesso à história das pequenas personagens? Parece-me que sim. Não custa percorrer novamente a galeria das vítimas dos massacres republicanos. Antônio Conselheiro, de Canudos, João Maria, do Contestado, e Policarpo Quaresma, da Revolta da Armada, todos personagens que não aceitam a ordem republicana. Neles existe uma enganosa impressão de nostalgia dos tempos da monarquia. Todos querem instaurar um novo tempo, uma nova ordem social, são vozes vindas do mundo de baixo, que falam de injustiças, sofrimentos e de ressentimentos. Todos eles foram vistos como loucos pelo olhar republicano.

Mas, não estaríamos confundindo personagens reais com personagens ficcionais, quando tratamos de Policarpo Quaresma? Não, se considerarmos que a narrativa de Lima Barreto e de *Os sertões* de Euclides da Cunha são acontecimentos que têm autonomia com relação aos seus referentes. São modos narrativos muito singulares de narrar-se os eventos das personagens anônimas da história, de avaliar-se a ordem estabelecida por uma visão que vem de baixo. Visão esta profundamente modificada pelo advento da República, que se desdobra em atos de rebelião de fato e de ficção. Fato e ficção movem-se um em direção ao outro, apesar de não se confundirem um com o outro.¹

Este deslocamento entre o fato e a ficção parece mais perceptível ou, quem sabe, mais elaborado no caso de Policarpo Quaresma. Nesta narrativa os personagens comuns, que transitam pelo cotidiano, têm vozes e não estão envolvidos na trama de nenhum grande acontecimento. O personagem principal, Quaresma, é um major do exército brasileiro inativo, trabalhando em atividades burocráticas, num momento republicano onde os militares têm uma intensa participação política. Entretanto, como cidadão comum, em sua nova condição criada pelo regime republicano, julga-se responsável pela constituição e afirmação dos ideais nacionais, apesar de uma indisfarçável nostalgia daqueles tempos do imperador. Absolutamente confiante na idéia do contrato social, vê-se como um igual perante os po-

derosos, apesar de desconfiar da honestidade daqueles que representam o poder. Julga-se sujeito da história, uma vez que a República instituiu o princípio da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Pretendendo participar da construção nacional, bem distante do poder, vive nos subúrbios cariocas, procurando buscar a partir dos ideais iluministas da razão os verdadeiros traços da nação. Enfim, um homem comum que quer participar da história, com pequenos feitos. Não por acaso, o primeiro capítulo do romance intitula-se, "A lição de violão". Logo no início, o major tece comentários a respeito do uso do violão: "*É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede*" (p. 12). Com o violão debaixo do braço, Quaresma circula pelas ruas do subúrbio carioca, arrancando expressões de espanto da vizinhança. Sua parcela de contribuição à história nacional exigia que ele tomasse aulas de violão com Ricardo Coração dos Outros, exímio instrumentista e compositor suburbano que, apesar dos preconceitos, vinha ganhando notoriedade nos círculos mais elevados da sociedade carioca. Este ardor patriótico, é bom que se destaque, está sempre carregado de uma intenção de exercício de cidadania e em todas as vezes que o major Quaresma pretende exercer os direitos de cidadão acaba sendo vítima da perseguição e de estigma pelo poder vigente.

Durante a sua trajetória de vida em busca da cidadania, Quaresma sofre pelo menos três grandes revezes, sendo que o último coloca-o, pioneiramente, entre a lista dos *desaparecidos políticos* da República. Na primeira tentativa, Quaresma procura afirmar seu direito de cidadão enviando uma carta ao presidente da República, pedindo a adoção da língua tupi-guarani, como língua nacional. Desde o princípio, Quaresma afirma no plano da cidadania a questão dos excluídos da história. Afinal, o primeiro massacre realizado em terras brasileiras foi, justamente, o dos índios. Sem dúvida, a realização deste massacre inaugural na história brasileira não foi obra republicana, ele tem uma longa história que remonta ao período da conquista da América. Este genocídio já havia sido tema literário com Gonçalves Dias, durante o império. Quaresma, aliás, um admirador do poeta, procurou com sua carta-pronunciamento resgatar uma dívida ancestral com relação à população indígena. Tem a esperança de que a República, com os seus ideais de igualdade e fraternidade, venha reconhecer a importância do indígena brasileiro através da adoção da língua tupi-guarani como língua nacional. A carta-pronunciamento é o exercício de liberdade do cidadão comum, que sai do anonimato pretendendo inscrever-se na história. Este ato de liberdade terá como resul-

tado o seu recolhimento em um manicômio, uma vez que o poder republicano o tratará como um louco. Quaresma não estará sozinho nesta galeria de loucos da República. Antonio Conselheiro, de Canudos, João Maria, do Contestado, e tantos outros irão criar uma vasta literatura sobre a loucura de sonhar-se por uma outra ordem no mundo. Entretanto, diferentemente de outros personagens que abalaram a república nos seus primórdios, Quaresma representa o homem comum da cidade, sua visão de mundo é urbana e ele está durante todo o tempo às voltas com a questão da cidadania. Sua obsessão racionalista é absolutamente *enlouquecedora*. Lê a poesia e a literatura que considera autenticamente brasileira (em sua biblioteca não existem as obras de Machado de Assis, por exemplo, mas contém as obras completas de Alencar e Gonçalves Dias, onde, no primeiro, o índio é um herói e, no segundo, uma vítima), interessa-se por leituras científicas e técnicas sobre a agricultura e é aficionado pela leitura de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, a ponto de *arranhar* pelo menos três idiomas estrangeiros: o inglês, o francês e o alemão. Apesar de viver num mundo suburbano, Quaresma é um homem letrado. Está longe do convívio das elites e se ressentido disso, pois a República das letras não lhe concede espaço como cidadão. Mas, não é aquele personagem característico daquilo que se denomina na literatura e na história de representante da cultura popular.

Quaresma é um Quixote bastante letrado dos tempos modernos. Tendo ao seu lado o amigo *Sancho Pança*, isto é, o também letrado Ricardo Coração dos Outros, ataca as fortalezas da política republicana, do mundo das letras e da cultura oficial. Não vive à *margem* da sociedade, participa dela e com seu nacionalismo ingênuo pretende igualar-se aos poderosos. A narrativa do romance de Lima Barreto é exemplar como modelo literário, capaz de construir o cidadão comum como sujeito histórico. Seus atos de liberdade, apesar de serem vistos como *desviantes e loucos*, chamam a atenção do poder para si. A carta pronunciamento incomoda as autoridades e também as pessoas que se espantavam com as suas excêntricas aulas de violão (aliás, o poder público e a sociedade civil no Brasil sempre estiveram de mãos dadas no que tange ao autoritarismo). Na partilha paradigmática do normal e do anormal, Quaresma é facilmente catalogável. Por sinal, quantos outros loucos anônimos não perambulavam pelas ruas das cidades neste início da República. A galeria é extensa e podemos identificar, inclusive, personagens de vários perfis, por exemplo, os anarquistas, esses estrangeiros que começavam a causar preocupação das autoridades, por incitarem os operários às lutas pelos seus direitos. Quem diria que, alguns anos mais tarde, os moder-

nistas de São Paulo, estes filhos rebeldes das elites paulistas, iriam proclamar, sem constrangimentos, a palavra de ordem *tupi or not tupi*, muito semelhante àquela que custou a Quaresma o recolhimento ao manicômio quando ele propôs a adoção do tupi-guarani como língua nacional.

Aliás, a história da loucura no Brasil não poderia ser devidamente escrita sem a presença de personagens como Antonio Conselheiro, João Maria e também Quaresma. O discurso psiquiátrico serviu de base para a definição dos perfis desses personagens anônimos que ousaram subverter a ordem estabelecida. Sobre eles caiu o manto da loucura, e Quaresma não foi o único personagem anônimo da história que acabou em um manicômio. Em um período mais recente, o discurso psiquiátrico serviu para provar a insanidade mental de um camponês que lutou pelo direito à terra, na década de 1970, durante a ditadura militar. Antonio Galdino, um homem do campo, profundamente religioso, produziu uma narrativa trágico-mítica do fim do mundo, quando se viu diante do perigo de perder a sua terra para empresas interessadas na construção de uma hidroelétrica no oeste do estado de São Paulo. Sua narrativa messiânica e suas prédicas atraíram centenas de deserdados da terra, e a ditadura militar interpretou o seu discurso como ameaça à ordem e relacionou-o com o discurso político das esquerdas brasileiras adeptas da guerrilha rural. No inquérito policial, a narrativa de Galdino, com visões do fim do mundo, acompanhada de tragédias e de desgraças, assim como aquela de Quaresma, foi usada pela justiça militar como prova de sua insanidade.² Também Policarpo Quaresma teve visões apocalípticas ao defrontar-se com as desumanidades por ele vivenciadas. *“Eu não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neanderthal armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar...este teu irmão que estás vendo também fez das suas, também foi descobrir dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade[...] Esta vida é absurda e ilógica; eu já tenho medo de viver[...]Tenho medo, porque não sabemos para onde vamos, o que faremos amanhã, de que maneira havemos de nos contradizer de sol para sol...”*(p. 124).

Na primeira vez em que Quaresma procura afirmar sua cidadania, acaba em um manicômio. Vejamos, agora, a sua segunda tentativa. Após o recolhimento forçado, Quaresma é libertado e resolve viver na tranquilidade do sítio *Sossêgo*. Ao contrário de grande parte da população rural, que não tem acesso à cultura letrada, nosso personagem acredita nas imensas potencialidades do campo brasileiro. Vê nele, inclusive, os caminhos da modernidade. Pare ele, a modernidade brasileira estava na produção

agrícola e não no artificialismo da indústria, principalmente, a paulista. A dependência da Nação ao café e à indústria paulista eram, inclusive, responsáveis pela composição de uma elite política, alheia aos verdadeiros anseios nacionais, que dominava o País de acordo com os seus interesses. Quaresma, assim como inúmeras correntes políticas, assistia a República como um grande teatro de encenação dos interesses de São Paulo, que com sua avidez argentária monopolizava a produção agrícola, sem dar oportunidade ao homem do campo brasileiro. Sua segunda tentativa em prol da cidadania, transforma-o em homem do campo empenhado na exploração agrícola a partir de bases racionais, técnicas e científicas. Quaresma se transforma em um novo herói fisiocrata. Ao contrário das imagens do homem do campo como personagem místico, marcadas de maneira impressionante pela narrativa Euclideana de Canudos, Quaresma quer ser um homem ligado à terra, mas com uma crença racionalista. Seu nacionalismo é construtivo, não pretende contestar a ordem vigente, antes quer aperfeiçoá-la. Ao contrário de Conselheiro, não quer construir uma nova ordem baseada em princípios místicos. Acredita que o campo brasileiro vai mal por falta de espírito racionalista. Não pretende transformar-se em um Conselheiro. Aliás, acredita que a falta de racionalidade da política agrícola brasileira, dominada pelo tradicionalismo coronelista, é quem acaba por criar figuras extremadas, como a de Antonio Conselheiro. Ele, na verdade, não faz tal afirmação, mas não é difícil deduzi-la, a partir de suas próprias expectativas com relação à modernização da agricultura. Pobre Quaresma, ele, sem saber, estava pressionado pelo passado e pelo futuro. Antes dele o massacre de Canudos, depois o massacre do Contestado. Duas grandes matanças de homens do campo que não compartilhavam com a ordem vigente. Essas vítimas carregaram sob seus ombros a responsabilidade de afrontar a República aderindo às idéias místico-religiosas. Seria diferente o destino de Quaresma que, ao contrário de líderes místicos, pretendia defender uma nova ordem agrária a partir de princípios racionais? Parece, que não.

Novamente, Quaresma insiste em tornar-se um cidadão útil e responsável. Agora, inclusive, vivendo no sítio do Sossêgo, tecendo a trama de um trabalho cotidiano para construir a nacionalidade. O cidadão comum, imbuído dos ideais pátrios, seria, desta vez, capaz de vencer as dificuldades e ajudar a construir a verdadeira nação. Os resultados iriam aparecer tão logo a racionalidade aplicada à agricultura surtisse efeito. Obra do anonimato, mais uma vez. As aplicações de conhecimentos racionais na agricultura teriam que esperar os resultados, assim como tinha acontecido com as suas lições de violão. Não há como deixar de com-

parar o Antonio Conselheiro, de Euclides, com o Quaresma, de Barreto. Conselheiro tornou-se grande, se fez visível para a história. Vítima de uma imensa chacina, sua cabeça decepada foi exposta em praça pública. Tornou-se mártir da causa dos deserdados da terra. Nada disso estava reservado à Quaresma em sua luta por um novo mundo agrário. A história reservou ao Conselheiro de Euclides um fim trágico. Sua narrativa é épica desde o princípio, isto é, a partir do momento em que Euclides da Cunha traça o perfil do homem sertanejo em *Os sertões*. Quaresma, sabemos todos nós, não teria a grandeza heróica de Conselheiro, caso permanecesse no anonimato do sítio Sossêgo, tendo que se debater contra as saúvas e o mandonismo local. Os homens comuns não fazem história a partir de seu cotidiano, apenas a transgressão dá a eles visibilidade. É por esta razão que, ainda hoje, podemos conhecer melhor a história das classes subalternas vasculhando os arquivos policiais. Neles, os personagens anônimos ganham destaque e tornam-se sujeitos históricos. O homem comum, na falta de uma narrativa literária que o engrandeça, só entra na história a partir dos registros policiais. Lima Barreto salvou Quaresma do anonimato, deu-lhe personalidade e um lugar de destaque no cenário da história da República.³

Mas para que sua personalidade assumisse um lugar de visibilidade histórica, Quaresma teria que sair do *Sossêgo*. Assim começa a terceira tentativa de Quaresma pela afirmação da cidadania. Como membro do exército brasileiro, nosso personagem se vê diante da responsabilidade de dirigir-se ao Rio de Janeiro para ajudar a debelar uma revolta contra o regime republicano. Logo, ele, Quaresma, que não morria de amores pela República e tampouco pela forte presença dos militares na política, se vê responsabilizado a lutar por ela. Quaresma descreve de maneira exemplar na literatura os traços de regime e do ditador militar, na figura do Marechal Floriano, antecipando em muitas décadas as narrativas latino-americanas de Miguel Angel Asturias, de Alejo Carpentier, de Gabriel Garcia Marques, e de tantos outros que construíram magníficas caricaturas dos ditadores. Há momentos absolutamente brilhantes na narrativa de Quaresma ao referir-se ao marechal: “*A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castigasse. Levada a coisa ao grande o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte[...]*” Ainda, sobre o tirano militar, a narrativa de Quaresma é cortante: “*Demais, a sua educação militar e a sua fraca cultura deram mais realce a essa concepção infantil, raiando-a de vio-*

lência, não tanto por ele em si, pela sua perversidade moral, pelo seu desprezo pela vida humana, mas pela fraqueza com que acobertou e não reprimiu a ferocidade dos seus auxiliares e assecclas.” (p. 97).

Há, contudo, na narrativa de Quaresma, algo que intriga o historiador e que o deixa em suspense. A narrativa de Quaresma refere-se a acontecimentos que teriam ocorrido durante o regime republicano do Marechal Floriano, com certeza a Revolta da Armada, um movimento militar de oposição ao governo republicano, ocorrido entre 1893-1894. Entretanto, o romance de Lima Barreto, *O triste fim de Policarpo Quaresma*, termina na data de janeiro-março de 1911, logo após a Revolta da Chibata, outro movimento político de oposição à República, que resultou num massacre exemplar da história contemporânea do Brasil, levado a cabo, desta vez, por um outro marechal, o Hermes da Fonseca. Mais uma vez, texto e acontecimento deslocam-se um em relação ao outro, como sugeriu Michel Foucault, em sua análise da narrativa de Pierre Rivière. A narrativa de Quaresma traz o acontecimento não explícito à tona. Lemos a Revolta da Chibata dos marinheiros de 1910, na narrativa da Revolta da Armada de 1893-1894. Nas narrativas de massacres um acontecimento remete ao outro, formam uma série que subverte a lógica histórica do antes e do depois. Na narrativa dos massacres do início da República, Canudos ilumina o Contestado, que revela a Revolta da Chibata, que denuncia as mortes não investigadas da greve anarquista de 1917 e, nesta série, Quaresma aparece como uma outra vítima, ou herói, que se defronta com o poder. Não é possível assegurar que o massacre da narrativa de Quaresma seja, de fato, o da Revolta da Armada. A narrativa toda é uma armação, onde o autoritarismo, os militares, a República e a violência política, a falácia da cidadania são temas centrais.

Existem outras narrativas de Lima Barreto que aproximam a figura do militar Hermes da Fonseca com a do general Floriano. Em seu romance *Numa e a Ninfa*, onde critica duramente a prática política republicana, ele traça um perfil bastante negativo do marechal e presidente Hermes, responsável pela chacina ocorrida após a Revolta da Chibata, em 1910. Bentes, nome dado no romance ao marechal Hermes, era *“simplesmente comandante, minucioso na administração do seu batalhão, mas com cujo auxílio os jovens oficiais, tendo nos olhos o exemplo de países militares, julgaram ser possível criar um exército à prussiana.”* (p. 169). Além de uma imagem pouco abonadora, neste conto o candidato militar à presidência da República também não é bem visto pela população. *“A reação da opinião pública à candidatura de Bentes era tão forte, tão geral e tão intensa, que o aparelho de com-*

pressão governamental não se julgava suficiente para vencê-la” (p. 193). Em uma outra passagem, esta desconfiança para com o marechal Hermes volta à tona: “*os sequazes de Bentes haviam achado que o melhor meio de fazê-lo presidente do Brasil era impedir que houvesse eleições na capital do país.*” (p. 243). Apesar de encontrarmos tais paralelos entre os marechais que comandaram as chacinas da Revolta da Armada e da Chibata, nenhuma outra narrativa em Lima Barreto é tão explícita com o tema dos massacres republicanos como a de Policarpo Quaresma. Talvez, o autor tenha deixado para este personagem a vivência da tragédia dos homens comuns diante dos massacres do poder. Em nenhuma outra obra de Lima Barreto aparece a tragédia do homem comum diante de um poder despótico. Quaresma imortalizou-se na literatura por representar uma infinidade de vítimas anônimas e por desmascarar os crimes do poder republicano.

As notícias do massacre dos marinheiros da Revolta da Chibata chegaram, com certeza, aos ouvidos de Lima Barreto antes dele finalizar Policarpo Quaresma. Conta-se que, entre os dias 22 e 25 de novembro de 1910, mais de dois mil marinheiros amotinados mantiveram a cidade do Rio de Janeiro sob um clima de medo ao assaltarem inúmeros navios da marinha brasileira, reclamando dos maus tratos físicos e das péssimas condições de trabalho nos seus serviços. Durante estes dias a cidade viveu em tremenda tensão, sob a mira dos canhões dos navios estacionados no porto do Rio de Janeiro. Esses marinheiros, liderados por João Cândido, que ficou conhecido como o “almirante negro”, acabaram fazendo um acordo de deposição das armas, e o governo Federal prometeu-lhes em troca uma anistia política. Algumas semanas após o término da sublevação, mais de seiscentos marinheiros foram presos, sob o pretexto de reorganizarem o movimento e, às vésperas do Natal, dezesseis deles morreram em consequência de queimaduras causadas pela cal virgem jogada sobre eles. Após esta chacina, no início do ano de 1911, 105 marinheiros foram mandados para os seringais da Amazônia a bordo do cargueiro Satélite, sendo que nove dentre eles foram fuzilados e jogados ao mar e o restante desapareceu e morreu na Amazônia, vítimas, provavelmente, da malária. Todas estas notícias circularam pela cidade do Rio de Janeiro durante o período em que Barreto dava por terminado o romance *O triste fim de Policarpo Quaresma*, isto é, entre janeiro e março de 1911. A narrativa de Quaresma e o acontecimento do massacre dos marinheiros deslocam-se um em relação ao outro, mas o acontecimento não é, necessariamente, o referente da narrativa. Essas narrativas de massacres tornavam-se

comuns no início da República e representavam o sinal do cidadão comum na cena da história.

Alguns anos após o relato de Quaresma, isto é, em junho de 1917, um grande movimento grevista, liderado por militantes anarquistas, ocorre em São Paulo. Durante uma semana a cidade de São Paulo ficou praticamente paralisada por uma greve que se espalhou, rapidamente, após a morte de um operário pelas forças policiais. Após uma inusitada repressão policial, a greve termina e inúmeros militantes anarquistas são sumariamente enquadrados na lei de expulsão de estrangeiros do país e, pioneiramente, acusados de delito de opinião. Pela primeira vez na República, cidadãos eram expulsos do país por se expressarem na linguagem política do anarquismo. Pela primeira vez a constituição liberal brasileira condenava cidadãos comuns por delito de opinião. Os processos de expulsão constituíram-se em verdadeiras farsas jurídicas e inúmeros anarquistas foram embarcados no navio Curvelo, rumo ao estrangeiro e à Amazônia. Na ocasião, inúmeros jornais de São Paulo se utilizaram do relato do massacre da Revolta da Chibata para despertar a opinião pública para os riscos que corriam os anarquistas deportados no navio Curvelo. Os relatos do massacre da Chibata chegaram a ser usados, inclusive, pelo advogado de defesa dos anarquistas e também pelo líder da Revolta da Chibata, João Candido. Ele chegou a comparar a situação dos presos políticos da greve de 1917 com a dos marinheiros mortos em 1910. A narrativa de massacres em seus mais variados modelos – romance, panfleto, notícia de jornal – acabou por constituir-se num elemento importante de denúncia da violação da cidadania no Brasil durante as primeiras décadas da República.

Dentre essas narrativas, algumas delas ainda não foram esclarecidas devidamente. Algumas delas, sabemos hoje, devem ter circulado entre os operários e a população paulista após a greve de 1917, mas, com o tempo, essas narrativas se perderam no silêncio. A mais impressionante delas foi publicada no jornal *Fanfulla*, de língua italiana, um jornal não operário, com um título muito sugestivo e ao mesmo tempo assustador: *Voci allarmanti sul numero dei morti -una visita al cimitero dell'Araça*. Neste jornal existe um relato de que mais de 200 operários teriam sido eliminados e desaparecidos pela ação policial durante a greve de 1917, e que seus corpos teriam sido enterrados em 210 fossas da quadra 139 do cemitério do Araxá. *"Nell'Araça – en questi dati si basa il ragionamento – in pochi giorni furono scavate 210 fosse e, precisamente, nella quadra no. 139. Durante la notte del 15, nella fosse furono sepulti degli uecisi; une squadrone de cavalleria disposto nelle vicinane, impediua*

a qualche sottambulo curioso di avvicinarsi alla necropoli. Ripugna credere che la polizia abbia occultato e continui ad occultare il numero 'reale' degli infelici, che caddero uccisi durante la giornata dello sciopero." (1917). Esta notícia de jornal, que apareceu após a greve de 1917, representa uma narrativa ainda misteriosa de massacres da República. Ao seu lado, estão as inúmeras narrativas da chacina de marinheiros no Rio de Janeiro que foram muito usadas durante a repressão aos anarquistas como modos de pronunciamento em defesa da cidadania. Elas descrevem situações dramáticas onde os poderosos são iguados aos assassinos mais cruéis e desumanos. Representam a indignação dos cidadãos comuns, dos personagens anônimos que vivem à margem da história. Mostram os crimes monstruosos que são cometidos em nome da lei e da ordem. Assim como em nossa argumentação procuramos relacionar a tragédia de Quaresma com o assassinato de marinheiros da Revolta da Chibata também a opinião pública de São Paulo, que saiu em defesa dos anarquistas, se utilizou dos relatos sobre a deportação dos marinheiros para defender os prisioneiros que tinham sido embarcados rumo ao estrangeiro no navio Curvelo.

O que mais impressiona em toda a narrativa de Lima Barreto é a reincidência do relato dos massacres nas primeiras décadas de instalação da República. As vítimas da República tiveram nos relatos de Euclides da Cunha e de Lima Barreto seu reconhecimento. Os homens comuns e as personagens anônimas tiveram um lugar na história a partir desses autores. Suas narrativas apresentam-se como documentos inestimáveis para a investigação, a perícia, a exumação das vítimas da República, que se avolumam desde o campanha militar contra Canudos até Eldorado dos Carajás. Para reforçar a idéia de que nas narrativas de massacres um acontecimento remete ao outro, não devemos esquecer que a chacina de Eldorado dos Carajás aconteceu, praticamente, no mesmo local onde, na década de 1970, ocorreu o massacre dos guerrilheiros do Araguaia. O relato chocante da chacina de Carajás mobilizou outra vez a memória coletiva e menos de um mês depois deste massacre foi identificada uma guerrilheira assassinada no Araguaia pelo regime militar instalado no Brasil em 1964. Mais um sinal impressionante de que a República no Brasil ainda não terminou de enterrar as suas vítimas. Mais uma razão para os historiadores darem crédito às narrativas de massacres, porque elas podem ser sinais de acontecimentos obscuros e pouco esclarecidos, ou de tentativas de cidadãos comuns para se tornarem agentes da história.

Como não deixar de considerar *O triste fim de Policarpo Qua-*

resma como um dos primeiros relatos de desaparecidos políticos da República? Assim como, a opinião pública contrária à repressão policial da greve de 1917 se utilizou dos relatos sobre o massacre da Chibata para chamar a atenção de todos para os perigos que viviam os militantes anarquistas presos, nós também nos servimos do relato de Quaresma para denunciar outros massacres republicanos e para reivindicar os corpos de outros desaparecidos políticos. O relato sobre o desaparecimento de Quaresma nos é emblemático e se inscreve na história como uma narrativa trágica da luta pela cidadania no Brasil. No final do romance, uma parente que procurou encontrá-lo na prisão desiste de sua busca e vai embora, depois de ouvir de um funcionário do regime a frase de que Quaresma era um traidor, um bandido. *“Ela nem lhe esperou o fim da frase. Ergueu-se orgulhosamente, deu-lhe as costas e teve vergonha de ter ido pedir, de ter despedido do seu orgulho e ter enxovalhado a grandeza moral do padrinho com o seu pedido. Com tal gente, era melhor tê-lo deixado morrer só e heroicamente num ilhéu qualquer, mas levando para o túmulo inteiramente intacto o seu orgulho, a sua doçura, a sua personalidade moral, sem a mácula de um empenho que diminuísse a injustiça de sua morte, que de algum modo fizesse crer aos seus algozes que eles tinham o direito de matá-lo.”* (p. 136).

Post Scriptum 1: Agradeço à minha orientanda Christina Lopreato as inúmeras dicas e documentos que pude utilizar nesta pesquisa. Muitos desses documentos não foram sequer mencionados nesta versão do texto. A sua pesquisa atual sobre a greve anarquista de 1917 e o seu trabalho de mestrado sobre Antonio Galdino, homem religioso do campo que foi preso num manicômio durante a ditadura militar, nos anos 70, por lutar pelo direito à terra, são exemplos de estudos históricos sobre narrativas de massacres republicanos.

Post Scriptum 2: No momento em que este texto estava sendo concluído, a televisão brasileira passava a noticiar as manifestações de protesto, nas ruas de Paris, contra a impunidade no Brasil e em solidariedade às vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás. Mais uma vez, narrativas de massacres foram utilizadas para denunciar os crimes da república. Durante o ato de protesto, os manifestantes cantaram *Funeral de um lavrador*, poesia de João Cabral de Mello Neto com música de Chico Buarque, deslocando esta narrativa em direção a um outro evento, desta vez a chacina de Carajás.

NOTAS

1. O recurso de deslocamento das narrativas em relação aos eventos é muito utilizado na cultura da oralidade, onde contos e canções são rearrumados e reajustados de acordo com os eventos que eles pretendem narrar, sem contudo perderem a sua morfologia. Dentre os historiadores que estudam a morfologia dos contos e das lendas populares, mencionamos principalmente o italiano Carlos Ginsburg, que com sua obra *História noturna*, Cia. das Letras 1990, investiga um conjunto de modelos narrativos na perspectiva de um tempo de longa duração no âmbito das mentalidades populares. Além desse autor, não devemos esquecer o trabalho pioneiro e polêmico de Michel Foucault, que em *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, Graal, 1977, analisou a morfologia das narrativas de assassinatos no período que se seguiu à revolução e à instalação da república na França, insistindo, justamente, no deslocamento das narrativas com relação aos acontecimentos.
2. A análise histórica mais completa da tragédia de Antonio Galdino foi realizada de modo emocionante por Christina Lopreato em *A eleição dos excluídos – a resistência do místico Galdino*, dissertação de mestrado, Unicamp, 1986
3. Para além dos registros policiais, o homem comum entra para a história através das narrativas de crimes hediondos, que num certo sentido, podem ser comparadas com a narrativa euclidiana de Canudos e a barretiana de Quaresma. Michel Foucault tece um comentário muito apropriado sobre o narrativa do crime de Pierre Rivière, que matou a mãe, a irmã e o irmão. Ele observa que o texto de Pierre Rivière e o assassinato se deslocam um em relação ao outro e que apenas à luz dos poderes judiciais da república francesa existe uma relação unívoca entre o crime e o seu relato. Para o autor o relato não se encontra entrelaçado com a narrativa do crime feita por Rivière. A narrativa do crime pertence a um outro universo, o das narrativas da memória popular. Foucault nos chama a atenção de que os panfletos do século 19, que narram assassinatos, tinham sempre duas partes. Na primeira parte há a narrativa objetiva dos acontecimentos que dão o quadro histórico social e cultural onde o personagem se forma. Na segunda parte a narrativa da tragédia, isto é, do crime. Acredito, que a narrativa de Quaresma também tem duas partes: a primeira que narra a vida de Quaresma do subúrbio do Rio de Janeiro ao sítio Sossêgo, a segunda é a narrativa do massacre, em que Quaresma é protagonista como algoz e como vítima. São belas as palavras de Foucault sobre essas narrativas de homens comuns alçados ao cenário da história: *Dai, sem dúvida, o fato de que para a memória popular – tal qual ela se tece na circulação destas folhas de notícias ou de comemoração – o assassinato é o acontecimento por excelência. Com ele se colocam sob uma forma absolutamente despojada a relação do poder e a do povo: ordem de matar, proibição de matar; suicidar-se, ser executado; sacrifício voluntário, castigo imposto; memória, esquecimento. O assassinato ronda nos con-*

fins da lei, aquém ou além da lei, acima ou abaixo, ele gira ao redor do poder ora contra ele, ora com ele. A narrativa do assassinato instala-se nesta região perigosa da qual utiliza a reversibilidade: comunica o proibido com a submissão, o anonimato com o heroísmo; por ela a infâmia toca a eternidade. Quaresma pertence, sem dúvida, às narrativas dos assassinatos coletivos, ela toca no fundo a figura do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LIMA BARRETO – *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- CUNHA, Euclides da – *Os sertões*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- Fanfulla*, agosto de 1917.
- Jornal *O Correio Popular*, 16 de março de 1997.
- Revista Veja*, 29 de abril de 1996.